

Iniciativa:



A Europa dos Resultados

Inovação e Sociedade do Conhecimento :: Estratégia de Lisboa para o Crescimento e Emprego :: Agenda Social Europeia



Sumário Executivo

No último ano, o impacto da crise económica e financeira reforçou as expectativas dos cidadãos relativamente à acção da União, sobretudo no que diz respeito à sua agenda interna. As principais preocupações dos europeus passam hoje pelas questões económicas. Segundo o Eurobarómetro 70, do Outono de 2008, a principal tendência detectada é a avaliação negativa da situação económica, com os europeus a considerarem a inflação e a economia como os principais problemas com que se defrontam (substituindo o crime e a imigração). Mais de metade dos europeus esperam um aumento do desemprego e o agravamento da situação económica.

Em paralelo, significativamente, os europeus também consideram que as decisões sobre as questões económicas devem ser tomadas em conjunto, ao nível da UE, que agora é ainda mais vista como um escudo protector em relação aos efeitos negativos da globalização.

Estas tendências aplicam-se igualmente a Portugal, com mais de 90% dos cidadãos a considerarem a situação económica má, sobretudo em termos de desemprego (95%). Os portugueses expressaram o seu desejo relativamente a um aumento da velocidade da integração europeia, o que neste contexto geral, aponta para uma percepção de que a União pode ajudar a resolver a crise, e a diminuir os seus impactos, de forma mais eficaz. Tal é corroborado pelas prioridades apontadas pelos cidadãos portugueses para a acção da União, onde em primeiro lugar estão as questões sociais

Mas que distância separa as expectativas dos cidadãos europeus da acção concreta da União? Até que ponto têm a percepção do impacto que a União tem na sua vida quotidiana?

Executado por: **INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS**



Em parceria com: **Associação Industrial do Distrito de Aveiro, Centro de Estudos e Formação Autárquica, Associação Industrial Portuguesa-Confederação Empresarial**

* O CIEJD enquanto Organismo Intermediário no quadro da Parceria de Gestão estabelecida entre o Governo Português e a Comissão Europeia, através da sua Representação em Portugal.

Até que ponto depositam na União a esperança na resolução de muitos dos seus problemas? Perceber a dimensão do impacto da União na vida quotidiana implica que o debate seja alargado de forma a incluir os cidadãos e que se definam agendas políticas também em função do que são as suas expectativas; exige, ainda, que as políticas da União sejam claras e perfeitamente perceptíveis e compreensíveis para os cidadãos.

Quando as atenções europeias se concentram muito na aplicação concreta das inovações institucionais introduzidas pelo Tratado de Lisboa, que finalmente entrou em vigor, é fundamental não esquecer que produzir resultados, palpáveis e compreensíveis, é fundamental para garantir o necessário envolvimento de cada um dos europeus – afinal, é aos cidadãos que a União se destina. Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a União Europeia tem agora instituições e métodos de trabalho que possibilitam uma resposta comum mais efectiva e eficiente aos desafios actuais. Os Estados membros, sozinhos, não são capazes de enfrentar todos os desafios do mundo actual – desafios esses que não conhecem, muito menos respeitam, fronteiras nacionais. É por isso que os esforços colectivos, à escala europeia, têm muito mais potencial de sucesso, gerando mais instrumentos para responder às preocupações dos cidadãos. Num cenário internacional que se caracteriza pela enorme rapidez com que se processam alterações e com que surgem novos desafios, o Tratado de Lisboa pretende dar à União mais capacidade para lidar com questões como a globalização, as alterações climáticas ou a energia.

A escolha dos três temas – Inovação e Sociedade do Conhecimento, Agenda Social Europeia e Estratégia de Lisboa para o Crescimento e Emprego – partiu do pressuposto de que o desenvolvimento da União Europeia e o necessário envolvimento que os cidadãos devem ter na sua evolução implica necessariamente que conheçam os objectivos definidos pela União e a forma de os concretizar. Inovação e Sociedade do Conhecimento, Agenda Social Europeia e Estratégia de Lisboa para o Crescimento e o Emprego são três dimensões da agenda europeia que se cruzam e se completam mutuamente – e do seu sucesso conjunto dependerá, em grande medida, não só o futuro da União enquanto espaço económico, social e político como o próprio apoio que os cidadãos estão dispostos a dar ao projecto de integração.

Trata-se no fundo de dar substância a uma agenda que permita, pela via da cooperação entre os Estados membros, de processos de aprendizagem mútuos, pela partilha de um mesmo objectivo comum, garantir o futuro da Europa, o futuro dos cidadãos europeus. Numa época histórica que apresenta desafios consideráveis, manter a União enquanto pólo internacional do conhecimento e da inovação, garantir o crescimento económico e o emprego de forma compatível com o chamado modelo social europeu, são desafios difíceis mas essenciais para manter a qualidade de vida dos cidadãos – mais, essa é precisamente a resposta que os cidadãos esperam da Europa.

Mesmo com a consciência plena de que a escala nacional nem sempre é a mais apropriada para responder de forma eficaz aos desafios, nem sempre é fácil, para os cidadãos, saber distinguir exactamente o que são acções nacionais e o que são acções europeias. Mas a adesão cidadã à causa europeia passa necessariamente pela resposta a uma pergunta simples – se bem que nem sempre de resposta fácil – para que serve a União Europeia? Até que ponto as políticas europeias contribuem para o desenvolvimento da capacidade de inovação, fundamental para a sociedade do conhecimento; até que ponto a Estratégia de Lisboa dá resposta aos

desafios actuais e o que é necessário alterar na construção da estratégia UE 2020; até que ponto a União Europeia contribui para a fundamental compatibilização entre competitividade e protecção/criação de emprego; até que ponto existe – e pode ser preservado – um modelo social europeu (mesmo sendo o conjunto dos modelos sociais dos diversos Estados membros)?

Na sessão dedicada à ***Inovação e Sociedade do Conhecimento*** foram debatidas questões centrais para o futuro da União Europeia e apresentados resultados concretos das acções até agora desenvolvidas.

Desde logo, as acções que têm sido desenvolvidas em termos de inovação, no quadro genérico da Estratégia de Lisboa. Sendo o objectivo tornar a Europa mais competitiva no quadro internacional, com crescimento e emprego, é fundamental analisar a importância da inovação para alcançar estes objectivos.

Não é possível garantir o crescimento e o emprego sem inovação, nem competir devidamente nos mercados internacionais. Simultaneamente, os esforços de inovação, nomeadamente em termos tecnológicos, devem ter em atenção os grandes desafios com que a Europa e o mundo se confrontam. A questão da energia e das alterações climáticas adquire assim uma importância acrescida, com a aposta a passar por um economia mais limpa.

A agenda da inovação, com objectivos globais definidos a nível da União, sendo os planos de acção estabelecidos a nível nacional, salienta igualmente a necessidade de dar prioridade à educação e à formação e qualificação, à ligação estreita com as empresas e ao papel central desempenhado pelas administrações públicas, que devem pôr em prática políticas de inovação nos serviços públicos que desempenham.

Mas quando se analisam as questões da inovação é sempre necessário voltar à escala nacional. Sendo a União Europeia um espaço económico integrado, a verdade é que nela coexistem Estados com pontos de partida muito diferentes, seja em termos de política de inovação genérica, como em termos de educação, formação, desenvolvimento de qualificações e competências ou tecido empresarial. Esta diversidade de situações faz com que, para além da competição nos mercados internacionais, seja igualmente importante ter em consideração a concorrência entre os próprios Estados membros, pois nem todos estão no mesmo patamar de capacidade competitiva – o que aponta para a absoluta necessidade de aprender com as melhores práticas, um ponto presente na Estratégia de Lisboa. Esta diversidade – que se apresenta igualmente quando se compara a União Europeia com outros países, sejam eles desenvolvidos ou emergentes – está presente também na cultura de risco (ou na sua ausência) e na capacidade de empreendedorismo. Sociedades e economias que incentivem mais o empreendedorismo e que aceitem melhor uma cultura de risco (isto é, que aceitem que um eventual fracasso não deve ser socialmente condenado, mas sim considerado como uma aprendizagem).

A diversidade de situações, no quadro da União Europeia, e as características próprias de todo o quadro da Estratégia de Lisboa (por exemplo, o método aberto de coordenação) fazem com que seja mais difícil, para os cidadãos, ter a noção exacta do esforço europeu que aqui está envolvido. Mesmo assim, e tendo em atenção os diferentes quadros políticos nacionais, é importante realçar a dimensão europeia de todo o processo, tanto em termos dos meios financeiros aplicados (Quadro Comunitário de Apoio 2007-2013; Sétimo Programa Quadro de

Investigação), como das necessárias sinergias entre Estados membros, empresas, e investigadores.

Muitas destas questões foram, naturalmente, retomadas na sessão sobre a ***Estratégia de Lisboa para o Crescimento e o Emprego***. A conferência decorreu dois dias antes do Conselho Informal dedicado ao futuro da Estratégia de Lisboa, pelo que o debate se centrou na avaliação que é necessário fazer do seu funcionamento, de forma a garantir a eficácia do projecto UE 2020.

Numa época marcada pelo pessimismo em relação ao futuro, sobretudo em termos económicos e sociais, a revisão da Estratégia de Lisboa, devido à sua abrangência, deve tomar em consideração não só o balanço que é feito como as novas circunstâncias que entretanto ocorreram.

A Europa ainda é o maior espaço económico mundial, mas sofre cada vez mais pressões, tanto internas como externas, que devem condicionar a sua actuação futura. Fundamental é resistir a uma eventual tentação de fechamento, pois por mais que haja uma cada vez maior concorrência internacional, com consequências directas para a economia e o comércio europeus, não é essa via que irá resolver os problemas. A resposta à globalização deve passar pelo reforço dos mecanismos de regulação e das instituições internacionais, onde a voz da União deve ser muito mais forte. De notar, especialmente, a importância de concluir as negociações no seio da Organização Mundial do Comércio, há muito bloqueadas.

É assim num cenário internacional onde surgem novas potências económicas (e políticas) que a União se deve preparar para agir, e deve ser com esse cenário presente que a União deve rever a Estratégia de Lisboa.

A actual discussão em torno do futuro da Estratégia de Lisboa gira, em grande medida, em torno de dois grandes eixos: entre uma visão mais abrangente, que inclua e mantenha o carácter mais ambicioso que esteve na sua génese e uma visão mais centrada na dimensão económica e da competitividade. Esta tensão entre as duas visões esteve já presente na revisão da Estratégia de Lisboa de 2005, quando passou a focar-se mais no crescimento e no emprego. Mas mesmo neste quadro, questões como o ambiente e a coesão social acabaram por se impor: o desafio é compatibilizar a competitividade com a coesão social e a protecção ambiental.

O balanço da Estratégia de Lisboa (curiosamente agora muito ausente nos documentos oficiais, ao contrário do que aconteceu com o Relatório Kok, de 2004) leva a questionar os pressupostos originais da Estratégia de Lisboa – o foco no conhecimento e a ausência de uma política industrial – fruto, para alguns, da presunção de que a União Europeia teria maiores vantagens no domínio da sociedade do conhecimento e da inovação, o que veio a ser negado pelos desenvolvimentos noutros países e regiões do mundo, como a Índia, onde os sectores tecnológicos são cada vez mais avançados. Este pressuposto levou a um desinvestimento claro na política industrial, conduzindo a uma progressiva desindustrialização do espaço europeu.

Outra dimensão fulcral é a análise dos resultados do chamado método de coordenação aberta. É consensual a constatação de muitas falhas de governação na aplicação da Estratégia, não colmatadas pela revisão de 2005. É essencial que a governação da futura Estratégia UE 2020 e os respectivos mecanismos de implementação sejam fortalecidos, vinculando as instituições europeias e os

Estados- membros. Aqui se poderá ver, no futuro, também a concretização das novas estruturas consagradas no Tratado de Lisboa, com o Presidente do Conselho, Herman van Rampuy, a assumir a liderança de um processo de revisão da governação, com uma proposta de reforço do papel dos Conselhos Europeus, de forma a responsabilizar mais os Chefes de Estado e de Governo.

Mas até que ponto a aposta na inovação e na sociedade do conhecimento, no quadro da Estratégia de Lisboa, pode fazer com que na União Europeia seja preservada a dimensão social. Qual o futuro da **Agenda Social Europeia**?

A dimensão social faz parte das marcas da Europa, se bem que tenha entrado, formalmente, muito mais tarde no projecto europeu: existia uma Europa social sem políticas europeias, que só surgiram nos anos 80. Mas o que é certo é que os cidadãos associam a União a um determinado nível de protecção social, mesmo sendo ele muito variável de Estado para Estado, pelo que esta dimensão acaba por estar sempre presente nas diversas agendas.

Nos últimos anos, porém, a realidade tem demonstrado que o desemprego e as desigualdades estão a aumentar na União Europeia. Isto não significa necessariamente que a União esteja a desenvolver políticas erradas, mas sim que é preciso mais Europa, tanto interna como externamente. Em termos internos, é fundamental que a concorrência entre os diversos países seja justa, o que não acontece quando há grandes diferenças fiscais ou quando a União não se consegue por de acordo para acabar com os paraísos fiscais que ainda existem no seu território. Da mesma forma, há ainda muitos entraves à livre circulação de trabalhadores. O desenvolvimento económico europeu deve pautar-se pela procura de uma melhoria do emprego. Não há bons empregos sem competitividade, é um facto, mas é preciso simultaneamente garantir que se consegue travar o rumo de crescimento das desigualdades sociais.

Externamente, toda a dimensão social, nomeadamente a preservação do emprego – e da qualidade do emprego – acaba por estar dependente das condições globais dos fluxos comerciais, tendo aqui a União um papel absolutamente essencial a desempenhar: só com uma maior regulação internacional, que abranja normas comerciais, laborais e fiscais, será possível garantir a existência de condições iguais para todos os *players* internacionais. Com a sua própria história de regulação, com a sua postura internacional, com a sua aposta em regras e normas comuns, a União Europeia tem toda uma dinâmica que não só possibilita como exige uma muito mais activa presença em todos os *fora* de negociação internacional (mais uma vez, é de realçar a importância da Organização Mundial do Comércio).

No novo quadro internacional, o aumento da competitividade da União Europeia é uma vertente fundamental, que passa necessariamente pela inovação. Mas quando se fala de inovação, não estamos somente a falar de tecnologia: é preciso igualmente inovar em termos de produtos, de formas de produção, inovar mesmo em termos de organização dos mercados de trabalho. Daí, mais uma vez, a importância de ligar as diversas agendas: social, ambiental, competitividade, inovação, etc. Será com a plena conjugação de todas as agendas que a União Europeia poderá responder aos desafios que enfrenta e garantir, simultaneamente, que produz resultados que vão ao encontro das expectativas dos cidadãos europeus.